

TERMO DE USO DO PORTAL MPCE

1. CIÊNCIA DO TERMO DE USO

1.1. Ao acessar os serviços do portal mpce.mp.br, o usuário fica ciente de que seus dados serão tratados e, quando necessário, compartilhados para o cumprimento do interesse público, bem como das atribuições constitucionais do Ministério Público, de obrigação legal ou para a execução de contrato, convênio, acordo ou cooperação técnica.

1.2. O acesso e a utilização de informações ou serviços deste Portal, bem como das páginas e dos perfis oficiais do Ministério Público do Estado do Ceará em plataformas de redes sociais e redes Wi-Fi, implicam a aceitação deste Termo de Uso e consequente vinculação legal a todas as condições aqui previstas, inclusive as mencionadas no item anterior.

2. ARCABOUÇO LEGAL

2.1. Os serviços aqui oferecidos estão em conformidade com seguintes leis e atos normativos:

2.1.1. Constituição Federal do Brasil;

2.1.2. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018);

2.1.3. Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014);

2.1.4. Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011);

2.1.5. Código de Defesa do Usuário do Serviço Público (Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017);

2.1.6. Ato Normativo nº 257/2022 - Institui o Comitê Estratégico de Proteção de Dados Pessoais (CEPDAP) e o Núcleo de Proteção de Dados Pessoais (NPDAP), bem como regulamenta as funções de Controlador e Encarregado no âmbito do MPCE; e

2.1.7. Ato Normativo nº 361/2023 - Institui a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais no âmbito do Ministério Público do Estado do Ceará.

3. DEFINIÇÕES DO TERMO DE USO

3.1. Para atender as finalidades deste Termo de Uso, são adotadas as seguintes definições:

3.1.1. Consentimento: manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada;

3.1.2. Dado pessoal: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;

3.1.3. Dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;

3.1.4. Usuário (individualmente considerado): as pessoas naturais que utilizarem os serviços postos à disposição no Portal mpce.mp.br;

3.1.5. Internet: o sistema constituído do conjunto de protocolos lógicos, estruturado em escala mundial para uso público e irrestrito, com a finalidade de possibilitar a comunicação de dados entre terminais por meio de diferentes redes;

3.1.6. Sítios e aplicativos: *sites*, aplicativos, sistemas, portais web e plataformas digitais em geral, por meio dos quais o usuário acessa os serviços e os conteúdos disponibilizados;

3.1.7. Terceiro: pessoa física ou jurídica que não participa diretamente em um contrato, em um ato jurídico ou em um negócio, ou que, para além das partes envolvidas, pode ter interesse num processo jurídico.

4. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. O Portal mpce.mp.br abrange as descrições de todos os serviços oferecidos pelo MPCE ao cidadão, informações sobre as áreas de atuação da instituição, os projetos, eventos e informações das parcerias firmadas, além de outras atividades inerentes às funções constitucionais do Ministério Público

4.2. Além do Portal mpce.mp.br disponibilizar serviços ao público em geral, também são disponibilizados serviços destinados aos membros e servidores da instituição. Em ambos os casos, é necessário coletar alguns dados de caráter pessoal, variando conforme o serviço. Dentro dos principais dados coletados estão o nome, CPF, endereço, sexo, e-mail, usuário, senha. Para alcançar a finalidade de alguns serviços, é necessário coletar dados pessoais sensíveis, dados pessoais de criança e adolescente, de idosos e de pessoas sujeitas à algum tipo de exclusão social.

5. RESPONSABILIDADES DOS USUÁRIOS

5.1. Durante a utilização de qualquer serviço disponibilizado no Portal, o usuário se responsabiliza em fornecer informações verdadeiras e atualizadas a seu respeito, observadas as consequências legais, não inserindo informações de terceiros, exceto quando elas configurarem a finalidade do serviço oferecido ou para o cumprimento de obrigação legal. O usuário também se responsabiliza por qualquer erro ou omissão no cadastramento dos dados pessoais referidos, devendo comunicar ao controlador para as correções e ajustes que se façam necessários.

5.2. As informações de credenciais (login e senha) são de uso único e exclusivo do usuário cadastrado. Este se compromete em preservar o sigilo da sua senha, sendo esta pessoal e intransferível.

5.3. O usuário é responsável pela segurança de seu dispositivo pelo qual acessa o serviço, bem como pelos possíveis aplicativos de terceiros que possam fazer o uso de dados pessoais em seus dispositivos, devendo sempre manter atualizados os seus requisitos e recursos de segurança, podendo, em caso de dúvidas, manter tratativa com a unidade do Ministério Público especializada no tema para que essas ações sejam efetivadas.

5.4. É vedada a interferência ou interrupção dos servidores ou das redes conectadas ao serviço por qualquer código de natureza destrutiva ou perturbadora, também não sendo permitido que o usuário venha a inserir ou alterar a forma em que a página do serviço é disponibilizada no respectivo dispositivo. Qualquer demanda que o usuário entenda necessária deve ser previamente comunicada a unidade especializada do Ministério Público para que seja analisada e, caso adequada, implementada com a devida proteção de dados pessoais e com segurança às informações e demais ativos tecnológicos.

5.5. Nos locais em que seja possível fornecer comentários, fica vedada a utilização do meio para fins comerciais, de publicidade ou propaganda, bem como qualquer informação que configure delitos, atos ilícitos e ofensas que afronte ao dever de urbanidade e probidade do serviço público. Além disso, o usuário fica responsável por reparar qualquer dano que causar à Administração Pública, a terceiro ou aos demais usuários pelo mal uso do serviço, bem como ficará sujeito às penalidades legais previstas no ordenamento jurídico.

5.6. Por fim, os usuários e terceiros são responsáveis por qualquer uso indevido de informações, textos, imagens, dentre outros recursos de propriedade intelectual produzidos e disponibilizados no Portal do MPCE, podendo tal responsabilidade repercutir em esfera cível e/ou criminal.

6. RESPONSABILIDADES DO MPCE

6.1. O Ministério Público do Estado do Ceará compromete-se a observar as legislações que versem sobre o uso em conformidade dos dados pessoais dos cidadãos, implementando controles de segurança necessários para tal proteção.

6.2. A instituição compromete-se a divulgar, independente de requerimento e em local de fácil acesso, as informações de interesse coletivo ou geral produzidas ou custodiadas no âmbito de suas competências, notadamente àquelas previstas na legislação protetiva de dados pessoais.

6.3. Por fim, o MPCE compromete-se a preservar o layout e funcionalidade do *site*, com o intuito de respeitar e facilitar a usabilidade e navegabilidade dos usuários, sempre que possível e quando demonstrar a adequação ao princípio da eficiência.

7. POLÍTICA DE PRIVACIDADE

7.1. Os dados pessoais tratados pelo MPCE seguem as diretrizes e definições dispostas em sua Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais disponível para consulta no site ([link para política](#)).

8. MUDANÇAS NO TERMO DE USO

8.1. Com o intuito de garantir a adequação às boas práticas relativas ao tratamento de dados, este Termo de Uso poderá ser revisado e modificado, sendo aconselhável a visitação desta página regularmente. As alterações realizadas serão comunicadas por meio dos canais oficiais do MPCE.

8.2. O presente Termo de Uso entra em vigor na data de sua publicação, permanecendo vigente por prazo indeterminado até que qualquer das partes motive alterações nas formas definidas neste documento.

8.3. Caso o usuário ou cidadão deseje entrar em contato sobre um assunto que verse acerca do tratamento de dados pessoais pelo MPCE, a comunicação deve ser realizada conforme os mecanismos de autenticidade previstos na Política de Privacidade. Não será considerada como recebida a comunicação por meio diverso.

9. FORO

Este Termo será regido pela legislação brasileira. Quaisquer reclamações ou controvérsias com base neste Termo será dirimida pela Justiça Estadual na seção judiciária do domicílio do usuário.

Sem prejuízo de qualquer outro meio extrajudicial ou judicial, todos os titulares de dados têm igualmente o direito de peticionar ou apresentar reclamações administrativas perante a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).